

CONTRATO DE PROGRAMA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FORTALEZA POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS E A COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, a **COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE**, sociedade de economia mista inscrita no CNPJ sob o nº 07.040.108/0001-57, com sede em Fortaleza, na Av. Dr. Lauro Vieira Chaves nº 1030, neste ato representada, na forma estatutária, por seu Diretor Presidente, Sr. Neurisangelo Cavalcante de Freitas, CPF nº 485.300.853-53, e por sua Diretora de Mercado e Unidade de Negócio da Capital, Sra. Claudia Elizangela Caixeta Lima, CPF nº 534.375.001-04, doravante denominada **CAGECE** ou **CONTRATADA**, e de outro lado, o **MUNICÍPIO DE FORTALEZA**, com sede na Rua São José, nº 01, bairro Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 07.954.605/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra, CPF nº 542.116.383-00, doravante denominado **MUNICÍPIO** ou **CONTRATANTE**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DA CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS – SCSP** situada na Avenida Pontes Vieira, nº 2391, Dionísio Torres, inscrita no CNPJ sob o nº 17.524.445/0001-73, têm entre si, justa e contratada a prestação de serviços relativos à exploração, execução de obras, ampliações e melhorias dos serviços de abastecimento de água e de coleta, transporte, tratamento e destino final de esgotos sanitários na área urbana do município, mediante as seguintes cláusulas e condições, observada a legislação aplicável à matéria.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CLÁUSULA PRIMEIRA – Aplicam-se as legislações federal, estadual e municipal afetas ao objeto do contrato, em especial a Lei n.º 8.666/1993, Lei n.º 8.987/1995, Lei n.º





11.107/2005 e Lei n.º 11.445/2007, Decreto Federal n.º 6.017/2007 e Decreto Federal n.º 7.217/2010, Lei Estadual n.º 9.499/1971, Lei Estadual n.º 13.875/2007, Lei Estadual n.º 15.348/2013 e Lei Complementar n.º 162/2016, Decreto Estadual n.º 32.024/2016, Lei Municipal n.º 8.869/2004; Lei Municipal n.º 9.500/2009 e a respectiva Lei Municipal n.º 10.923, de 19 de setembro de 2019, que autorizou o modelo de gestão associada dos serviços públicos de fornecimento de água potável e esgotamento sanitário, a serem prestados pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE.

Subcláusula Única - Aplica-se também ao presente contrato o Convênio de Cooperação Técnica firmado entre o Estado, a ARCE, o Município de Fortaleza e a ACFOR, em 09 de outubro de 2019, que tem por objeto o desenvolvimento da política tarifária a ser utilizada na gestão associada dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de Fortaleza.

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente contrato é celebrado nos termos da Lei Autorizativa Municipal n.º 10.923, de 19 de setembro de 2019, por meio de dispensa de licitação, com fundamento no art. 32, do Decreto Federal n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007 e nos termos do art. 24, inciso XXVI, da Lei Federal n.º 8.666/1993, observados os procedimentos previstos no art. 26 da mesma lei, conforme consta dos autos do Processo n.º P901595/2019, com publicação do ato de ratificação no Diário Oficial do Município de 01 de novembro de 2019.

DAS DEFINIÇÕES

CLÁUSULA TERCEIRA – Para os efeitos deste contrato, considera-se:

I – Sistema – é o conjunto de todos os recursos, bens e serviços, necessários para a realização de objetivos de interesse comum, visando à universalização da prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no âmbito de atuação da







CAGECE, objeto de todos os contratos de programa celebrados entre os Municípios e a CAGECE.

II – Serviços – são os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

III – Plano de Investimentos no Sistema – é o conjunto de obras e serviços a serem realizados de acordo com o montante de recursos financeiros previstos para o período de duração do Contrato, a serem investidos no Sistema, com revisões quinquenais.

IV – Metas de Investimentos – é o montante de recursos financeiros a ser investido no Sistema ao longo do período de duração do Contrato, com revisões quinquenais.

V – Plano Municipal de Saneamento Básico – é o instrumento da política de saneamento do MUNICÍPIO, que deverá abranger o diagnóstico da situação local e seus impactos nas condições de vida; objetivos e metas para universalização dos serviços; programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas; ações de emergência e contingência; e mecanismos e procedimentos de avaliação do que foi planejado.

VI – Atividade regulatória – é a regulamentação dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário, com o objetivo de assegurar a adequada prestação dos serviços, garantir a harmonia entre os interesses dos usuários, MUNICÍPIO e CAGECE e zelar pelo equilíbrio econômico financeiro do Sistema para prestação dos serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário.

VII- ACFOR – é a Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental, que tem como objeto a regulação, fiscalização e o controle dos serviços públicos de saneamento ambiental concedidos, de acordo com a Lei nº 8869/04, alterada pela Lei nº 9.500/2009.

VIII- ARCE - é a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará, com poder de direção, regulação e fiscalização sobre serviços públicos estaduais delegados, de acordo com a Lei nº 12.786, de 30 de dezembro de 1997.

DO OBJETO



CLÁUSULA QUARTA - Constitui objeto deste contrato a exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, compreendendo a execução de obras, ampliações e melhorias, com a obrigação de implantar, fazer, ampliar, melhorar, explorar e administrar, com exclusividade, os serviços de abastecimento de água potável e esgoto sanitário, em todo o território do município, incluindo a captação, adução de água bruta, tratamento, adução de água tratada, distribuição e medição do consumo de água, bem como a coleta, transporte, tratamento e destino final de esgoto, o faturamento e entrega de contas de água e esgoto, sua cobrança e arrecadação, atendimento ao público usuário dos sistemas, controle de qualidade da água e cadastro de consumidores, atendidos os princípios da conveniência social, ambiental, técnica e econômica.

Subcláusula Única – Os investimentos em esgotamento sanitário e abastecimento de água tratada deverão ser compatíveis com o Plano Municipal de Saneamento Básico e serão efetivados, respeitadas a viabilidade econômico-financeira do Sistema e a obtenção de recursos financeiros necessários a sua execução, obedecidas as bases estabelecidas pelas Metas de Investimentos de Longo Prazo, previstas no Anexo I deste Contrato.

DA ÁREA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA QUINTA – Os serviços de tratamento e fornecimento de água potável e de esgotamento sanitário serão prestados pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece, entidade integrante da Administração Pública Indireta do Estado Ceará, na forma da Lei nº 8.987/1995, Lei nº 11.107/2005, Lei nº 11.445/2007 e do Decreto nº 6.017/2007, no Município de Fortaleza, em caráter de exclusividade.

DO PRAZO CONTRATUAL

CLÁUSULA SEXTA - O Contrato vigorará pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos, a contar da data da sua assinatura.







Subcláusula Única – Os resultados da verificação prevista nesta cláusula serão amplamente divulgados na rede mundial de computadores.

DA POLÍTICA TARIFÁRIA E DAS TARIFAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Os serviços objeto deste contrato, incluindo os investimentos, realizar-se-ão por meio do pagamento de tarifas pelos usuários à CAGECE, aplicadas aos volumes de água e de esgoto e aos demais serviços, conforme Tabela Tarifária e Tabela de Prestação de Serviços da CAGECE, de forma a possibilitar a devida remuneração dos capitais empregados pela CONTRATADA, seus custos, despesas e investimentos, e a garantir e assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços.

Subcláusula Primeira – Os reajustes das tarifas serão realizados observando-se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, contratuais e regulamentares, adotando-se índice de reajuste de preços que reflita a recomposição inflacionária dos preços dos serviços prestados pela CONTRATADA, devidamente demonstrado em planilha de custos dos serviços.

Subcláusula Segunda - A revisão das tarifas poderá ser periódica ou extraordinária, sempre que se verificar a ocorrência de fato superveniente extraordinário não previsto no contrato, fora do controle da CONTRATADA, que venha a provocar o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Subcláusula Terceira – Compete à ARCE a atividade de regulação das tarifas, inclusive sua fixação, reajuste, revisão e homologação, devendo a agência exercê-la por meio dos seus órgãos técnicos competentes, observado o disposto neste contrato, no Convênio de



Cooperação firmado entre Estado do Ceará, ARCE, Município de Fortaleza e ACFOR, e na legislação pertinente.

Subcláusula Quarta – A CONTRATADA deverá divulgar em seu sítio eletrônico, de forma clara e de fácil compreensão pelos usuários, tabela com o valor das tarifas praticadas e a evolução das revisões ou reajustes realizados nos últimos cinco anos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Na exploração do serviço público objeto deste Contrato, a CAGECE não poderá dispensar tratamento diferenciado, inclusive tarifário, aos usuários de uma mesma classe de consumo e nas mesmas condições de atendimento, exceto nos casos previstos na legislação federal, estadual, municipal, regulamento da CAGECE, o qual deverá ser homologado pelas entidades reguladoras.

Subcláusula Única – Será vedada a concessão de isenção de pagamento de tarifas, inclusive a entes do Poder Público, visando garantir a manutenção da adequada prestação dos serviços e tratamento isonômico aos usuários do Sistema.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Ressalvados os impostos incidentes sobre a renda, a criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a assinatura deste Contrato, quando comprovado seu impacto, implicará na revisão das tarifas, para mais ou para menos, conforme o caso.

DOS DIREITOS, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO.

DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – O MUNICÍPIO tem as seguintes obrigações:

- I - regulamentar a prestação do serviço;
- II - fiscalizar permanentemente a prestação dos serviços;


K PM

- III - aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;
- IV – homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas na forma da lei, das normas pertinentes e deste contrato;
- V - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais;
- VI - zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas;
- VII – ceder à Cagece, mediante análise da conveniência e oportunidade, terrenos públicos que possam ser utilizados nos sistemas de abastecimento de água ou esgotamento sanitário, de forma a contribuir para a modicidade tarifária;
- VIII - declarar de utilidade pública, mediante análise da conveniência e oportunidade, os bens necessários à execução do serviço ou obra pública, outorgando poderes à CAGECE para a promoção das desapropriações e para a instituição das servidões administrativas, a qual assumirá a responsabilidade pelas indenizações cabíveis;
- IX - estimular o aumento da qualidade e produtividade dos serviços;
- X - estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos aos serviços;
- XI - comunicar previamente à CAGECE a execução de obras e serviços no subsolo das vias públicas em que se localizam redes de infraestrutura dos serviços concedidos;
- XII – zelar pelo cumprimento da legislação federal, estadual e municipal de proteção ambiental e de saúde pública, respondendo pelas eventuais consequências de seu descumprimento, no que couber, visando à preservação e à conservação do meio ambiente e da saúde pública;
- XIII – zelar pelo cumprimento da legislação vigente relacionada à vedação do aproveitamento de fontes alternativas de água, contribuindo com a vigilância sanitária na área da prestação dos serviços, nos termos do parágrafo 2º do artigo 45 da Lei Federal n.º 11.445/07;







XIV – estabelecer os planos e políticas municipais de saneamento e de urbanização, consultada a CAGECE, visando o estabelecimento das Metas de Investimentos de Longo Prazo.

DOS DIREITOS E GARANTIAS DO MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Ao MUNICÍPIO são assegurados os seguintes direitos e garantias:

I – estabelecer, juntamente com a CAGECE, as prioridades, os objetivos e as condições para a prestação dos serviços, considerando as Metas de Longo Prazo para Investimentos e de forma compatível com o Plano Municipal de Saneamento Básico;

II – receber da CAGECE a prestação de serviços adequados nos termos deste contrato e da legislação aplicável;

III – a realização, pela CAGECE, dos investimentos necessários à expansão e à modernização dos serviços, dos equipamentos e das instalações, nos termos previstos nas Metas de Longo Prazo de Investimentos e de forma compatível com o Plano Municipal de Saneamento Básico;

IV – conhecer, prévia e expressamente, as obras que a CAGECE pretenda executar em vias e logradouros públicos, ressalvados os casos de emergência, nos termos do regulamento específico;

V – ser isento de qualquer ônus de solidariedade com a CAGECE no caso de falta ou insuficiência de sinalização nas obras por ela realizadas nas vias públicas, durante toda a execução das mesmas;

VI – receber, da CAGECE, no primeiro quadrimestre de cada ano, prestação de contas na forma da cláusula trigésima quinta;

VII – ser informado, prévia e expressamente, pela CAGECE de qualquer operação financeira ou judicial em que faça recair garantia sobre os bens vinculados à prestação



dos serviços, que possam comprometer a operacionalização e a continuidade da prestação dos serviços;

VIII – ser isento de qualquer ônus de solidariedade ou subsidiariedade em relação a todas as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, bem assim a quaisquer outras obrigações relacionadas ou decorrentes da exploração dos serviços;

IX – ter livre acesso dos encarregados da fiscalização do MUNICÍPIO e da ACFOR, especialmente designados, quando pertinente e necessário ao exercício de suas competências e na forma dos respectivos procedimentos previstos na legislação, em qualquer época, às obras, equipamentos e instalações utilizados na prestação dos serviços, bem como aos dados e registros administrativos, contábeis, técnicos, econômicos e financeiros realizados pela CAGECE, relativos ou pertinentes ao contrato;

X – aplicar as penalidades previstas neste contrato;

XI – receber os bens reversíveis, nos termos deste contrato, em quaisquer das hipóteses de extinção do Contrato de Programa;

XII - intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei.

DOS DIREITOS, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES DA CAGECE

OBRIGAÇÕES DA CAGECE

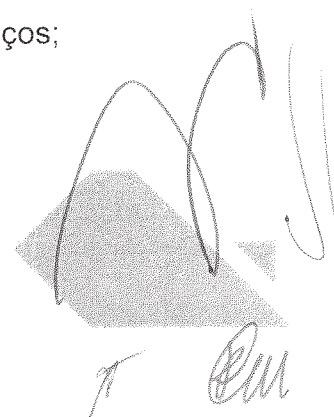
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - A CAGECE se obriga a:

I – elaborar e executar direta ou indiretamente, estudos, projetos e obras, obedecendo às prioridades, os objetivos e as condições estabelecidas neste contrato e no Plano de Investimentos do Sistema;

II - garantir a prestação de serviços adequados nos termos deste contrato e da legislação aplicável;



- III - dar ciência prévia e expressa ao MUNICÍPIO das obras que pretenda executar em vias e logradouros públicos, ressalvados os casos de emergência, nos termos do regulamento específico;
- IV - sinalizar as obras nas vias públicas durante toda a sua execução, sendo que qualquer dano causado a terceiro, em virtude de falta ou insuficiência de sinalização, será da inteira responsabilidade da CAGECE;
- V – apresentar ao MUNICÍPIO, no primeiro quadrimestre de cada ano, prestação de contas na forma da cláusula trigésima quinta;
- VI - publicar, anualmente, as demonstrações financeiras referentes ao Sistema na forma da legislação específica;
- VII – a execução do serviço, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao MUNICÍPIO, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO, ou a quem este delegar, exclua ou atenuar essa responsabilidade, exceto nos casos legais;
- VIII - cumprir e fazer cumprir as normas do serviço, as cláusulas contratuais e a legislação relativa à prestação dos serviços;
- IX - captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço;
- X - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à prestação dos serviços e zelar pela sua integridade, segurando-os adequadamente, e informar o MUNICÍPIO, prévia e expressamente, de qualquer operação financeira ou judicial em que faça recair garantia sobre os bens vinculados aos serviços, que possam comprometer a operacionalização e a continuidade da sua prestação;
- XI – organizar e manter, permanentemente atualizado, o cadastro dos respectivos usuários;
- XII - cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares do serviço, respondendo pelos eventuais danos causados em decorrência da prestação dos serviços;
- XIII - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária e encargos decorrentes das obrigações relacionadas à prestação dos serviços;



XIV - permitir aos encarregados da fiscalização do MUNICÍPIO e da ACFOR, especialmente designados, quando pertinente e necessário ao exercício de suas competências e na forma dos respectivos procedimentos previstos na legislação, livre acesso, em qualquer época, às obras, equipamentos e instalações utilizados na prestação dos serviços, bem como a seus dados e registros administrativos, contábeis, técnicos, econômicos e financeiros;

XV - zelar pelo cumprimento da legislação federal, estadual e municipal, de proteção ambiental e de saúde pública, em especial, respondendo pelas eventuais consequências de seu descumprimento;

XVI - solicitar declaração de utilidade pública ao Município ou Estado, dos bens necessários à execução do serviço ou obra pública, para promoção das desapropriações e para a instituição das servidões administrativas, a qual assumirá a responsabilidade pelas indenizações cabíveis;

XVII - fornecer informações e certidões solicitadas por cidadãos, organizações da sociedade civil e pelo MUNICÍPIO.

Subcláusula Primeira - Por ocasião da execução de obra ou serviço de manutenção, recuperação ou ampliação que importe na danificação de via pública ou passeio, a CONTRATADA se obriga a reparar a estrutura original nos mesmos padrões.

Subcláusula Segunda - O não cumprimento da obrigação de recuperar via pública ou passeio danificado, importará nas penas previstas neste contrato, sem prejuízo das Resoluções aplicáveis, bem como no ressarcimento integral dos custos suportados pelo Município com a obra de reparo.

Subcláusula Terceira - É vedado à CONTRATADA interferir ou utilizar as estruturas de drenagem do Município, bem como realizar modificações que alterem a vazão original das galerias, ressalvados os casos em que a declividade ou algum impedimento inviabilize



Handwritten signature in black ink, appearing to be 'A. P. M.' or similar.

outro meio de construção da rede coletora de esgoto, mediante expressa autorização do Município.

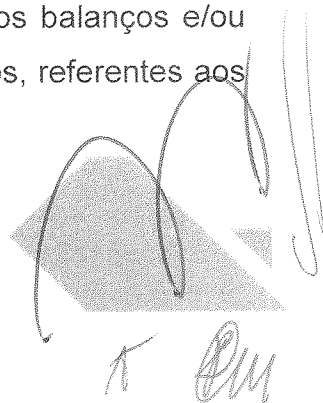
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - A CAGECE deverá manter, gratuitamente, serviço de atendimento aos usuários para registro protocolado das suas solicitações, sugestões e reclamações, bem como das soluções e respostas apresentadas, de acordo com os prazos legais e regulamentares, devendo sempre fornecer ao usuário protocolo comprobatório da comunicação, com a indicação de dia e horário.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Pagamento ao MUNICÍPIO de 1,5% (um e cinco décimos por cento) do faturamento mensal dos serviços diretos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados no Município, pagáveis até o último dia útil de cada mês, a partir do mês da assinatura deste contrato de outorga dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário até o seu termo final.

Subcláusula Primeira – As parcelas vincendas referentes ao percentual do faturamento, aludidas na Cláusula Décima Nona, serão calculados com base no mês anterior ao de sua efetiva liquidação e deverão ser solvidas até o último dia útil de cada mês.

Subcláusula Segunda – Caberá ao MUNICÍPIO utilizar as receitas provenientes dos valores pagos, aludidas na Cláusula Décima Nona, em despesas com a execução de serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, recuperação e/ou manutenção de lagoas, jardins e parques e outros serviços que contribuam para a preservação ambiental.

Subcláusula Terceira – Para apuração e liquidação dos valores descritos no caput da Cláusula Décima Nona, a CAGECE deverá proceder ao cálculo dos valores devidos e apresentá-lo ao MUNICÍPIO que, a seu critério, poderá solicitar todos os balanços e/ou planilhas de faturamento direto e respectivos documentos comprobatórios, referentes aos



meses correspondentes aos períodos de liquidação, a fim de que se possa aferir a regularidade das informações prestadas.

Subcláusula Quarta - Em caso de falta de pagamento, por mais de 30 (trinta) dias, da fatura dos serviços de água e esgoto por parte do MUNICÍPIO, poderá ser realizado encontro de contas, com os valores aludidos na Cláusula Décima Nona.

DOS DIREITOS E GARANTIAS DA CAGECE

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Na exploração do Serviço de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, a CAGECE poderá:

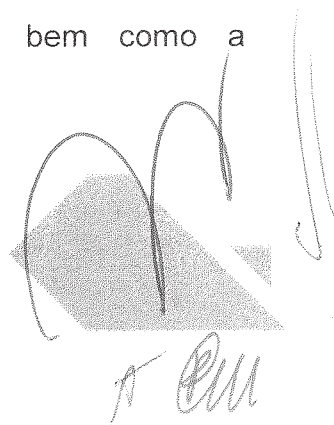
I - utilizar-se de vias públicas, estradas, caminhos e terrenos de domínio municipal, para o fim específico de execução do objeto do presente Contrato, competindo ao MUNICÍPIO, observando e respeitando o objeto deste contrato, estabelecer as condições de sua utilização, bem como a sujeição das obras aos regulamentos específicos vigentes no Município;

II - suspender o abastecimento de água e coleta de esgoto de usuários inadimplentes, observado o Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto, as disposições do Código de Defesa do Consumidor e da Lei Federal n.º 11.445/07;

III - aplicar o disposto no Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto;

IV - nos contratos de financiamento, poderá oferecer em garantia os direitos emergentes do Sistema, até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - Sem prejuízo das responsabilidades referidas neste Contrato, a CAGECE poderá contratar terceiros para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados.



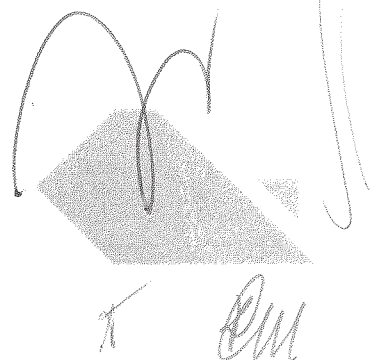
Subcláusula Primeira - Os contratos celebrados entre a CAGECE e terceiros reger-se-ão pelo direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e o MUNICÍPIO.

Subcláusula Segunda - A execução das atividades contratadas com terceiros pressupõe o cumprimento das normas regulamentares do serviço concedido.

DOS DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - Sem prejuízo do disposto no art. 7º, da Lei nº 8.987/95, do art. 9º da Lei Federal n.º 11.445/07 e do Código de Defesa do Consumidor, são direitos dos usuários:

- I - receber serviço adequado;
- II - receber do MUNICÍPIO e da CAGECE informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;
- IV - atendimento, pela CAGECE, dos pedidos de seu interesse, nos prazos e condições fixados neste contrato e nas normas e regulamentos editados pelo MUNICÍPIO, sendo-lhe garantida a prestação do serviço, independentemente do pagamento de valores não previstos nas normas do serviço ou de débito não imputável ao solicitante;
- V - receber o ressarcimento dos danos que, porventura, lhe sejam comprovadamente causados em função do serviço concedido, ressalvados os danos decorrentes de:
 - a) deficiências técnicas nas instalações internas da unidade consumidora;
 - b) má utilização das instalações;
 - c) caso fortuito ou força maior.
- VI - prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;



VII - acesso ao Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto elaborado nos termos deste contrato;

VIII - acesso a relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - Sem prejuízo do disposto no Código de Defesa do Consumidor, são deveres dos usuários:

I - levar ao conhecimento do MUNICÍPIO e da CAGECE as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;

II - comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela CAGECE na prestação do serviço;

III - contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais lhes são prestados os serviços;

IV - arcar com o custo das ligações de seus prédios ao serviço;

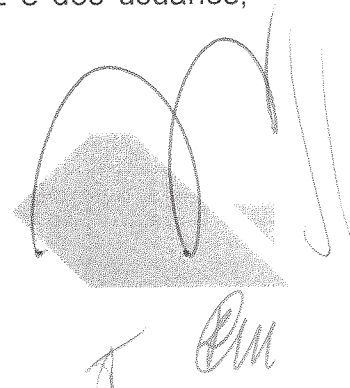
V - permitir o livre acesso da CAGECE para o exame das instalações hidráulico-sanitárias prediais em qualquer tempo;

VI - interligar aos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário conforme estabelecido nas legislações municipal, estadual e federal;

Subcláusula Única - Para atendimento das solicitações de ligação aos serviços, serão verificadas as possibilidades de atendimento pela CAGECE, observadas normas e regulamentos.

DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - A fiscalização periódica anual da execução dos serviços cabe ao MUNICÍPIO e à ACFOR, com a cooperação dos usuários, por comissão composta por representantes do MUNICÍPIO, da ACFOR, da CAGECE e dos usuários, nos termos de norma regulamentar.



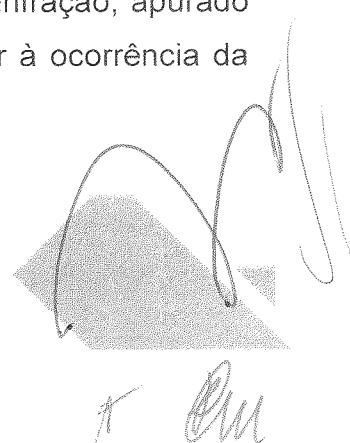
Subcláusula Única - No exercício da fiscalização, a comissão referida no caput terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da CAGECE e poderá acompanhar os serviços de controle de qualidade e a execução das obras e serviços.

DAS PENALIDADES CONTRATUAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - No exercício do seu dever de fiscalização, compete à ACFOR apurar eventuais falhas na execução deste contrato, podendo, quando for o caso, exercer o poder de polícia e aplicar as penalidades previstas neste contrato e/ou seus regulamentos. A CAGECE estará sujeita às penalidades de advertência e multa, conforme previsto nas normas legais e regulamentares dos serviços e neste CONTRATO, sempre que:

- a) deixar de fornecer, nos prazos que lhe forem estabelecidos, as informações e dados requisitados pela ACFOR, relativos à administração, contabilidade, qualidade dos serviços, recursos técnicos, econômicos e financeiros, sem prévia justificativa formal;
- b) deixar de adotar, nos prazos estabelecidos pela ACFOR, as providências indicadas para restabelecer a regularidade ou garantir a qualidade e eficiência dos serviços outorgados sem prévia justificativa formal;
- c) deixar de atender, nos prazos fixados pelas normas dos serviços, aos pedidos de ligação, de ampliação ou de melhoramento dos serviços, sem prévia justificativa formal; e,
- d) descumprir norma legal ou regulamentar, ou qualquer cláusula deste CONTRATO.

Subcláusula Primeira - A CONTRATADA estará sujeita, após processo administrativo, à penalidade de multa, aplicada pela ACFOR, no valor máximo de 1% (hum por cento) do montante do faturamento mensal da CONTRATADA no Município, por infração, apurado em decorrência dos serviços prestados, no mês imediatamente anterior à ocorrência da infração.


K PM

Subcláusula Segunda - As penalidades serão aplicadas mediante procedimento administrativo, guardando proporção com a gravidade da infração, de acordo com a regulamentação da ACFOR, assegurando-se à CAGECE amplo direito de defesa.

Subcláusula Terceira - O não pagamento da multa arbitrada, no valor e prazos estabelecidos, importará na sua inscrição em Dívida Ativa, sem prejuízo de protesto.

Subcláusula Quarta - A aplicação e o cumprimento das sanções não eximem a parte responsável da obrigação de sanar a falha ou irregularidade.

DA POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - O MUNICÍPIO, a qualquer tempo e sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis e de outras responsabilidades, poderá intervir na prestação dos serviços para assegurar a sua regularidade e adequação, bem como o fiel cumprimento pela CAGECE das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

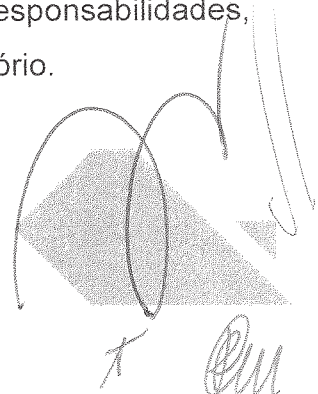
Subcláusula Primeira - A intervenção far-se-á por decreto do MUNICÍPIO, o qual designará um interventor, o prazo da intervenção, seus limites e objetivos.

Subcláusula Segunda - Observados os termos do ato que a declarar, a intervenção implica, de pleno direito, a transferência da administração da respectiva área ou setor ao interventor.

Subcláusula Terceira - Em até 30 (trinta) dias, contados da declaração de intervenção, deverá ser instaurado processo administrativo a ser conduzido pela ACFOR, com a finalidade de comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurando-se a CAGECE o mais amplo direito à defesa e ao contraditório.







Subcláusula Quarta - O procedimento administrativo mencionado na subcláusula anterior deverá ser concluído no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de considerar-se inválida a intervenção.

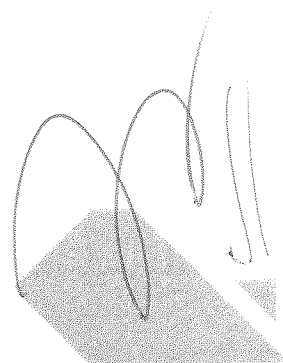
Subcláusula Quinta - Será declarada nula a intervenção se ficar comprovado que não foram observados os pressupostos legais e regulamentares para sua decretação, devendo o serviço e os bens vinculados à prestação dos serviços retornarem imediatamente à CAGECE, sem prejuízo da prestação de contas por parte do interventor e da indenização porventura cabível.

Subcláusula Sexta - Cessada a intervenção, se não for extinto o CONTRATO, a administração dos serviços será devolvida à CAGECE, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão

DA EXTINÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – O presente contrato extingue-se nos termos da Lei Federal nº 11.107/05 e da Lei Federal nº 8.987/95, art. 35 e parágrafos, por:

- I – advento do termo contratual ou de sua prorrogação;
- II - encampação;
- III - acordo formal entre as partes;
- IV - caducidade;
- V - rescisão;
- VI - anulação;
- VII – extinção da CAGECE;
- VIII – a CAGECE deixar de integrar a Administração Indireta do Estado.



Subcláusula Primeira - A extinção somente se efetivará com a consequente entrega ao MUNICÍPIO de todas as instalações, móveis e equipamentos relativos aos serviços, considerados como bens e direitos reversíveis.

Subcláusula Segunda - Extinto o contrato haverá a imediata assunção da prestação dos serviços pelo MUNICÍPIO, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários.

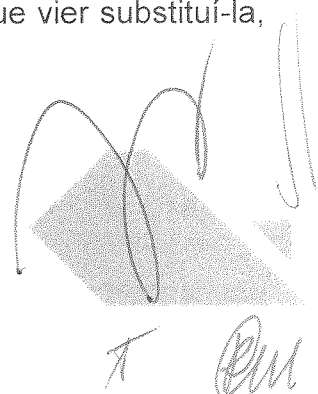
Subcláusula Terceira - A assunção do serviço autoriza a ocupação das instalações e a utilização, pelo MUNICÍPIO, de todos os bens reversíveis.

Subcláusula Quarta - Com a extinção do contrato de programa, apurado o quantum indenizatório, caberá ao MUNICÍPIO indenizar à CAGECE, nos termos da lei e deste contrato.

Subcláusula Quinta - Com a extinção do contrato, o Município deverá apurar prejuízos causados e reter eventuais créditos da CAGECE até o limite dos débitos apurados;

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA: Inexistindo manifestação de intenção de renovação contratual até 01 (um ano) antes da data do término de vigência contratual, as partes deverão instaurar processo administrativo de encerramento contratual e estabelecer um programa para desmobilização operacional, a fim de definir as regras e procedimentos para a assunção da operação pelo MUNICÍPIO ou por terceiro autorizado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA: O MUNICÍPIO, para atender ao interesse público, e desde que a ACFOR tenha reconhecido, por intermédio de processo administrativo, a ocorrência de uma das hipóteses previstas na Lei 8.987/95 ou outra que vier substituí-la, poderá decretar a caducidade do contrato.



Subcláusula Primeira - A caducidade será necessariamente precedida da concessão de prazo razoável à CAGECE, não inferior a 30 (trinta) dias, para que ela possa sanar as falhas ou irregularidades apontadas, ou para promover a adequação de condutas transgressoras aos termos contratuais, regulamentares ou legais, conforme o caso.

Subcláusula Segunda - Se a CAGECE, no prazo que lhe for fixado, não sanar as falhas ou irregularidades apontadas, ou deixar de promover a adequação de condutas transgressoras, a ACFOR instaurará o competente processo administrativo para configurar a inadimplência da CAGECE, assegurados a esta última os direitos à ampla defesa e ao contraditório.

Subcláusula Terceira - Imediatamente após a instauração de processo administrativo que possa ensejar a decretação da caducidade, a CAGECE será comunicada sobre tal providência, assim como sobre as causas para aplicação da medida, a fim de que possa apresentar sua defesa, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Subcláusula Quarta - Comprovada a inadimplência da CAGECE no curso do processo administrativo, a ACFOR notificará o MUNICÍPIO de que ele está apto a declarar a caducidade deste contrato, independentemente de pagamento prévio de indenização que eventualmente seja devida à CAGECE.

Subcláusula Quinta - Declarada a caducidade, não resultará para o poder concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da CAGECE.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - O contrato poderá ser rescindido por iniciativa da CAGECE, no caso de descumprimento por parte do MUNICÍPIO, mediante emprego da ação judicial adequada.



Subcláusula Única - Os serviços prestados pela CAGECE não poderão ser interrompidos ou paralisados até que decisão judicial definitiva, decretando a rescisão do contrato, transite em julgado

DOS BENS E DIREITOS QUE INTEGRAM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – O sistema objeto de exploração na forma deste contrato é composto pelos bens tangíveis e intangíveis afetos à prestação dos serviços, existentes na data de assinatura deste contrato, ou que a ela venham a ser integrados, descritos no inventário de bens, conforme Anexo II, e atualizações anuais.

Subcláusula Primeira – Na assinatura deste contrato, os bens de propriedade do MUNICÍPIO destinados à execução dos serviços serão cedidos à CAGECE, por meio de Termo de Cessão de Uso, após prévia avaliação.

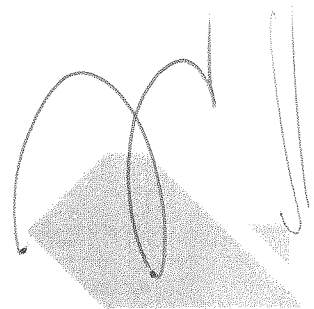
Subcláusula Segunda – Os bens deverão ser recuperados, conservados, mantidos e operados em condições normais de uso de forma que, quando revertidos ao MUNICÍPIO, se encontrem em estado normal de uso, exceto pelo desgaste natural de sua utilização.

DA REVERSÃO DOS BENS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – Extinto o contrato, reverterão ao MUNICÍPIO, na forma da lei, os bens, direitos, privilégios e prerrogativas vinculadas aos serviços.

Subcláusula primeira - Os bens deverão estar livres de quaisquer ônus ou encargos e em boas condições de operacionalidade, utilização e manutenção.

 (M)


T. P. M.

Subcláusula segunda - Extinto o contrato, as partes procederão ao levantamento, à avaliação e à vistoria dos bens, de modo a verificar o estado de conservação e a manutenção deles.

Subcláusula terceira - Após os procedimentos de levantamento, vistoria e avaliação, será lavrado termo de devolução e reversão dos bens, a serem devidamente identificados.

Subcláusula quarta - Salvo disposição legal em contrário, o não pagamento de eventual indenização, inclusive quando houver controvérsia de seu valor, não impede o MUNICÍPIO de retomar os serviços ou adotar outras medidas para garantir a continuidade da prestação adequada do serviço público.

DAS INDENIZAÇÕES DEVIDAS A CAGECE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – Em qualquer das hipóteses de extinção da prestação dos serviços, será apurado se o MUNICÍPIO deverá indenizar a CAGECE, observadas as condições estabelecidas nesta cláusula.

Subcláusula Primeira – Serão procedidos os levantamentos e avaliações necessários visando apurar os valores eventualmente devidos.

Subcláusula Segunda – Os critérios a serem utilizados como parâmetros para o cálculo da indenização, a ser elaborado por perito, serão:

I - os registros contábeis apropriados, nos quais constarão os registros dos bens e dos investimentos realizados no Sistema;





Subcláusula Primeira - Os projetos referidos no “caput” deverão ter aprovação da CAGECE, a quem fica atribuída, conseqüentemente, a fiscalização da execução das obras.

Subcláusula Segunda - Os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário referidos nesta cláusula não serão considerados como investimentos para fins de remuneração e indenização.

DA TRANSPARÊNCIA E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – Anualmente, até o final do quarto mês do exercício civil, a CAGECE prestará contas ao MUNICÍPIO e à ACFOR da gestão dos serviços concedidos, mediante apresentação de:

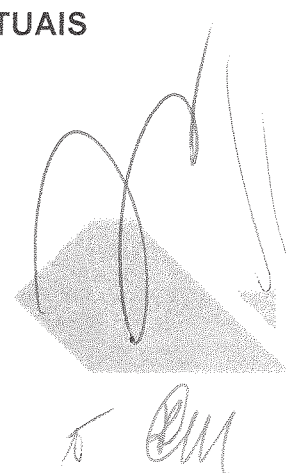
I - relatórios, expedidos na forma a ser estabelecida pela ACFOR e segundo as prescrições legais e regulamentares específicas, relativos:

- a) à execução dos estudos, projetos e obras previstos no Plano de Investimentos no Sistema;
- b) ao Desempenho Operacional da delegação que contenha informações específicas sobre os níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos serviços e modicidade das tarifas;
- c) ao registro e inventário dos bens vinculados à prestação dos serviços;
- d) ao desempenho operacional, econômico e financeiro.

II – demonstrações financeiras do Sistema e as individualizadas em nome do MUNICÍPIO;

III – demonstrativo da aplicação dos recursos financeiros captados pela CAGECE ou pela Administração Municipal, vinculados ao Município.

DA SOLUÇÃO AMIGÁVEL DAS DIVERGÊNCIAS CONTRATUAIS



CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA – A solução amigável das eventuais divergências entre as partes, relativamente à aplicação das disposições deste contrato, será mediada pela ACFOR.

Subcláusula Única - A tolerância por parte do MUNICÍPIO ou da ACFOR quanto à demora, atraso ou omissão no cumprimento de quaisquer obrigações estabelecidas neste contrato, desde que não alterem seu objeto, ou amplie sua execução, não consistirá em novação contratual, sendo considerada mera permissividade, considerando os critérios de conveniência e oportunidade administrativa.

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA – As partes resolvem, de comum acordo, extinguir o Contrato de Concessão firmado entre o Município e a CAGECE, em 10 de outubro de 2003, para celebrar este novo instrumento, em substituição ao anterior, sendo que os bens e os direitos do contrato anterior integram este contrato.

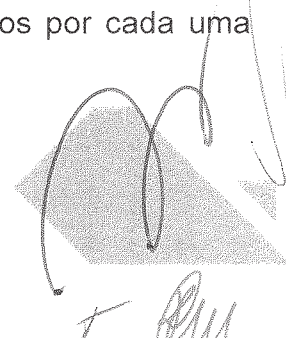
Subcláusula Primeira - Visando consolidar os valores remanescentes e a situação patrimonial dos bens reversíveis, relativos ao contrato de concessão anteriormente vigente, a CAGECE apresenta, no Anexo II, inventário dos bens patrimoniais afetos à prestação dos serviços.

Subcláusula Segunda - Acordam as partes ora contratantes que aos bens inventariados serão aplicadas as regras contidas na Cláusula Trigésima Terceira deste Contrato de Programa, em ocorrendo quaisquer dos eventos futuros previstos na Cláusula Vigésima Sétima.

Subcláusula Terceira – A atualização patrimonial deverá ser realizada em até 5 (cinco) anos, a partir da assinatura do contrato, identificando os bens aportados por cada uma







das partes, ressalvado o direito de contestação do MUNICÍPIO, no prazo de 6 (seis) meses, contados a partir de sua cientificação.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA – Fica adotado o modelo de Política Tarifária estabelecido pela ARCE.

Subcláusula Primeira – Para fins de reajuste da Tabela Tarifária e da Tabela de Prestação de Serviços, considerar-se-á o interregno de um ano da última alteração tarifária praticada na vigência do contrato anterior.

DA CONTAGEM DOS PRAZOS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando houver expressa disposição em contrário.

Subcláusula única: Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste contrato em dia de expediente para o CONTRATANTE e para o CONTRATADO.

DA POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA – O presente Contrato poderá ser aditado, visando adequá-lo às necessidades dos serviços e atender o interesse das partes e à legislação federal, estadual e municipal incidente sobre os serviços de saneamento objeto do presente contrato.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - As partes providenciarão a publicação do extrato do presente contrato na imprensa oficial, em cumprimento à exigência constante no artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

  
T PM

DO FORO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - Fica eleito o foro da Comarca do Município de Fortaleza para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, em quatro vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Fortaleza - CE, 04 de novembro de 2019.



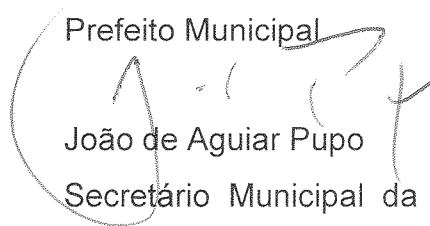
Neurisangelo Cavalcante de Freitas
Diretor Presidente



Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra
Prefeito Municipal




Claudia Elizangela Caixeta Lima
Diretora de Mercado



João de Aguiar Pupo
Secretário Municipal da Conservação e
Serviços Públicos

TESTEMUNHAS


CPF: 620.273.283-00


Victor Diego S. de Almeida
Diretor Jurídico
Mat: 8162-0
DJU - CAGECE

FUNCIONÁRIO	ORIGEM	DESTINO	INÍCIO	FIM	FINALIDADE	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNIT.	ADICIONAL			TOTAL
									FIXO	%	CIDADE	
70020416 - LEANDRO LESSA MACIEL	FORTALEZA	JUAZEIRO DO NORTE	05/11/2019	08/11/2019	LEVANTAMENTO DE DADOS	Levantamento de obras na Regional de Juazeiro do Norte	3.5	64,83	0,00	20,0	45,38	272,29
70020513 - MARIA VILANICE OLIVEIRA BARBOSA	FORTALEZA	GRANJA	12/11/2019	14/11/2019	LEVANTAMENTO DE DADOS ESTATISTICOS	Levantamento das obras na Regional de Granja	2.5	64,83	0,00	0,0	0,00	162,08
70020416 - LEANDRO LESSA MACIEL	FORTALEZA	QUIXADÁ	12/11/2019	14/11/2019	LEVANTAMENTO DE DADOS	Levantamento de obras na Regional de Quixadá.	2.5	64,83	0,00	10,0	16,21	178,28
70020513 - MARIA VILANICE OLIVEIRA BARBOSA	FORTALEZA	SOBRAL	06/11/2019	08/11/2019	LEVANTAMENTO DE DADOS	Levantamento de obras na Regional de Sobral	1.5	64,83	0,00	20,0	19,45	116,69
TOTAL: R\$ 729,34												

SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS, em 04 de novembro de 2019.

Felipe Souza Pinheiro
SUPERINTENDENTE ADJUNTO

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

*** **

PORTARIA NÚMERO: 0728/2019 - Emissão: 05/11/2019 SPU: 09878950/2019 O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE RODOVIAS DA SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR, o **SERVIDOR** desta Superintendência a **viajar** em objeto de serviço, conforme finalidade e valores concedidos de diárias estabelecidos no ANEXO ÚNICO desta Portaria, tudo em conformidade com os preceitos previstos no art. 3º; § 1º do art. 4º; art. 5 e seu § 1º; art. 10 do Decreto nº 30.179 de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr por conta da Dotação Orçamentária da SOP.

FUNCIONÁRIO	ORIGEM	DESTINO	INÍCIO	FIM	FINALIDADE	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNIT.	ADICIONAL			TOTAL
									FIXO	%	CIDADE	
70026813 - BERTRAN ALVES ROLIM	FORTALEZA	NOVO ORIENTE	07/11/2019	08/11/2019	VISITA TÉCNICA	VISITA TÉCNICA DE ESTRUTURA METÁLICA DE COBERTA DA ESCOLA PROFISSIONALIZANTE DE NOVO ORIENTE E VISITA TÉCNICA DE ESTRUTURA	1.5	64,83	0,00	0,0	0,00	97,25
TOTAL: R\$ 97,25												

SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS, em 05 de novembro de 2019.

Felipe Souza Pinheiro
SUPERINTENDENTE ADJUNTO

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

*** **

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº029/2015

I - ESPÉCIE: NONO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 029/2015; II - CONTRATANTE: A SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS, criada mediante a Lei nº 16.880, de 22 de maio de 2019, alterada pela Lei nº 16.953 de 01 de agosto de 2019., inscrita no CNPJ sob o nº 33.866.288/0001-30, doravante denominada SOP, neste ato representada por seu Superintendente, FRANCISCO QUINTINO VIEIRA NETO, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 82758SSP/CE e do CPF nº 144.324.043-53, residente e domiciliado nesta Capital, na Rua: Professor Jacinto Botelho, nº 290, Aptº. 502 – Guararapes, CEP: 60.810-050; III - ENDEREÇO: com sede na Av. Alberto Craveiro, nº 2775, Bairro Castelão, CEP: 60.860-901; IV - CONTRATADA: empresa PH SEGURANÇA LTDA, daqui por diante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. HOMÉRIO TEIXEIRA, brasileiro, casado, contador, portador do RG nº 422.441-SSP/CE e C.P.F nº 061.202.883-68, residente e domiciliado na Rua: François Teles Menezes, nº 120, Bloco B, Aptº. 203, Bairro de Fátima, Fortaleza/CE, CEP: 60.415-110; V - ENDEREÇO: Av. Dom Manuel, 655 - Centro - Fortaleza-CE; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como da análise de prorrogação contratual da Coordenadoria de Gestão dos Serviços Terceirizados-COSET/SEPLAG/CE, às fls. 87/88, tudo de acordo com o processo administrativo VIPROC nº 08488848/2019, parte integrante deste Termo, independente de transcrição.; VII - FORO: Fortaleza-CE; VIII - OBJETO: **Prorrogar** por mais 12 (doze) meses o **prazo** de vigência do Contrato nº 029/2015, ficando o término de sua vigência previsto para 02/11/2020.O valor mensal do contrato corresponde a R\$ 26.007,27 (vinte e seis mil, sete reais e vinte e sete centavos), cujo valor global corresponde a R\$ 312.087,24 (trezentos e doze mil, oitenta e sete reais e vinte e quatro centavos), a ser pago com a seguinte classificação funcional: 43200007.26.122.500.21844 – Manutenção e Funcionamento Administrativo – SOP; Elemento de Despesa: 339037 – Mão de Obra Terceirizada; Região: 15 – Estado do Ceará; Fontes: 00 – Recursos Ordinários do Tesouro Estadual e 70 – Recursos Diretamente Arrecadados.; IX - VALOR GLOBAL: R\$ 312.087,24 (trezentos e doze mil, oitenta e sete reais e vinte e quatro centavos); X - DA VIGÊNCIA: 02 de novembro de 2020; XI - DA RATIFICAÇÃO: Ratificam-se as demais Clausulas; XII - DATA: 30 de outubro de 2019; XIII - SIGNATÁRIOS: FRANCISCO QUINTINO VIEIRA NETO (Superintendente da SOP) e HOMÉRIO TEIXEIRA (Sócio da Contratada).

Francisco Quintino Vieira Neto
SUPERINTENDENTE

*** **

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº001/2019

PERMITENTE: SUPERINTENDENCIA DE OBRAS PÚBLICAS -SOP, com sede na Av. Alberto Craveiro, nº 2775, Castelão, Fortaleza, Ceará, CNPJ nº 07.954.563/0001-68. PERMISSONÁRIA: **M.A.J JUPABA IMOBILIÁRIA LTDA**, com endereço em Maracanaú - Ce, na Rodovia CE 065, CNPJ Nº 14.183.600/0001-47. OBJETO: O presente TERMO tem por objeto a **outorga para a PERMISSONÁRIA DE USO ONEROSA DA FAIXA DE DOMÍNIO**, em favor da Construtora do ramo da construção civil M.A.J JUPABA IMOBILIÁRIA LTDA, para IMPLANTAÇÃO DA LINHA DE RECALQUE NO LADO ESQUERDO, SENTIDO CE -065 AO CENTRO DE MARACANAÚ, DA ESTRUTURA DA PONTE DA CE-251, LOTEAMENTO LAGOA DA JUPABA, na faixa de domínio da Rodovia CE-065, Trecho Km 12, Lado Esquerdo com 380,00m de extensão, de acordo com Requerimento a SOP (fls.02).Mapas,Projeto Geométrico e Pranchas. JUSTIFICATIVA: Tal permissão se faz necessária posto que o Loteamento Lagoa da Jupaba está com um projeto de esgotamento sanitário para implantação de trecho de rede coletora na rodovia, em análise pela CAGECE. FORO: Fortaleza-CE DATA DA ASSINATURA: 29/10/2019 SIGNATÁRIOS: Francisco Quintino Vieira Neto - Superintendente da SOP e José Maria Cavalcante Lima - Sócio da Empresa M.A.J JUPABA IMOBILIÁRIA LTDA SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS, em Fortaleza, 04 de novembro de 2019.

Francisco Quintino Vieira Neto
SUPERINTENDENTE

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ

EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA

Extrato do Contrato de Programa para Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário celebrado entre a Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE e o **MUNICÍPIO DE FORTALEZA**; OBJETO: Outorga à CAGECE a **prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário**, compreendendo a exploração, execução de obras, ampliações e melhorias, com a obrigação de implantar, fazer, ampliar, melhorar, explorar e administrar, com exclusividade, os serviços de abastecimento de água potável e esgoto sanitário, na área urbana e áreas contínuas, incluindo a captação, adução de água bruta, tratamento, adução de água tratada, distribuição e medição do consumo, bem como a coleta, transporte, tratamento e destino final de esgoto, o faturamento e entrega de contas de água e esgoto, sua cobrança e arrecadação, atendimento ao público usuário dos sistemas, controle de qualidade da água e cadastro de consumidores, atendidos os princípios da conveniência social, ambiental, técnica e econômica e, ainda, a Política Estadual de Saneamento; FUNDAMENTO: Leis Federais n.º 8.666/1993; n.º 8.987/1995; n.º 11.107/2005; e n.º 11.445/2007; os Decretos Federais n.º 6.017/2007;



e n.º 7.217/2010; as Leis Estaduais n.º 9.499/1971; n.º 13.875/2017; n.º 15.348/2013; n.º 162/2016 e Decreto Estadual 32.024/2016; e na Lei Municipal n.º 8.869/2004; n.º 9.500/2009; e n.º 10.923/2019; PRAZO: 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir da assinatura do mesmo; DATA: 04/11/2019; ASSINAM: Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra, Prefeito Municipal de Fortaleza; João de Aguiar Pupo, Secretário Municipal da Conservação e Serviços Públicos; Neurisangelo Cavalcante de Freitas, Diretor Presidente da Cagece e Claudia Elizangela Caixeta Lima, Diretora de Mercado de Unidade de Negócio da Capital. COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA - CAGECE, em Fortaleza/CE, 06 de novembro de 2019.

Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra
PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA
João de Aguiar Pupo
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS
Neurisangelo Cavalcante Freitas
DIRETOR PRESIDENTE
Cláudia Elizangela Caixeta Lima
DIRETORA DE MERCADO DE UNIDADE DE NEGÓCIO DA CAPITAL

SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº032/2018

I - ESPÉCIE: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº032/2018; II - CONTRATANTE: UNIVERSIDADE VALE DO ACARAÚ - UVA; III - ENDEREÇO: Avenida da Universidade, 850 – Betânia; IV - CONTRATADA: EMPRESA **ELLO SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA**; V - ENDEREÇO: rua Graciliano Ramos, 146, Bairro de Fátima, Fortaleza-CE; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este termo aditivo fundamenta-se no art 57,II da lei 8666/93 e alterações posteriores; VII- FORO: Comarca de Sobral Ce; VIII - OBJETO: Constitui-se objeto deste Termo Aditivo uma **prorrogação** por mais 12(doze meses) **da avença original**, tendo seu início 19.11.2019 e término em 18.11.2020; IX - VALOR GLOBAL: R\$531.993,72; X - DA VIGÊNCIA: Prorrogado por mais 12(doze meses) da avença original, tendo seu início 19.11.2019 e término em 18.11.2020; XI - DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que não foram expressamente modificadas por este Termo Aditivo; XII - DATA: Sobral, 22 de outubro de 2019; XIII - SIGNATÁRIOS: prof. Fabiano Cavalcante de Carvalho Reitor da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA e Sra. Marília Lopes Cruz Rolim Pela ELLO.

Emmanuel Pinto Carneiro
PROCURADOR JURÍDICO

*** **

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº033/2018

I - ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº033/2018; II - CONTRATANTE: UNIVERSIDADE VALE DO ACARAÚ - UVA; III - ENDEREÇO: Avenida da Universidade, 850 – Betânia; IV - CONTRATADA: **ELLO SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA**; V - ENDEREÇO: rua Graciliano Ramos, 146, Bairro de Fátima, Fortaleza-CE; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este termo aditivo fundamenta-se no art 57,II da lei 8666/93 e alterações posteriores; VII- FORO: Comarca de Sobral Ce; VIII - OBJETO: Constitui-se objeto deste Termo Aditivo uma **prorrogação** por mais 12(doze meses) **da avença original**, tendo seu início 09.11.2019 e término em 08.11.2020; IX - VALOR GLOBAL: R\$3.859.523,76; X - DA VIGÊNCIA: Prorrogado por mais 12(doze meses) da avença original, tendo seu início 09.11.2019 e término em 08.11.2020; XI - DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que não foram expressamente modificadas por este Termo Aditivo; XII - DATA: Sobral, 15 de outubro de 2019; XIII - SIGNATÁRIOS: prof. Fabiano Cavalcante de Carvalho Reitor da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA e Sra. Marília Lopes Cruz Rolim Pela ELLO.

Emmanuel Pinto Carneiro
PROCURADOR JURÍDICO

*** **

EXTRATO DE CONTRATO
Nº DO DOCUMENTO 023/2019

CONTRATANTE: UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ- UVA CONTRATADA: EMPRESA **TELECOM - TELEFONIA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - EPP**. OBJETO: Constitui objeto deste contrato a **Prestação de Serviços de manutenção preventiva e corretiva de telefonia, com fornecimento de material, peças, componentes e acessórios, com exceção da aquisição de aparelho telefônico**, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do Pregão Eletrônico 20190008-UVA/PROAD e na proposta da CONTRATADA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº 20190008-UVA/PROAD e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto FORO: município de Sobral-CE, do Estado do Ceará. VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da sua publicação. VALOR GLOBAL: R\$ 26.152,92 (Vinte e seis mil, cento e cinquenta e dois reais e noventa e dois centavos) pagos em conforme cláusulas contratuais DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 31200002.12.364.071.22593.11.33903900.1.00.00.0.30. DATA DA ASSINATURA: sobral, 21 de outubro de 2019 SIGNATÁRIOS: Fabiano Cavalcante de Carvalho Reitor da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA CONTRATANTE e Antonio Martins Nunes Procurador da empresa TELECOM- TELEFONIA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. - EPP CONTRATADO(A).

Emmanuel Pinto Carneiro
PROCURADOR JURÍDICO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

PORTARIA Nº2782/2019 - O VICE-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os processos:09529149/2019-09528746/2019-09529246/2019-09529432/2019-06157321/2019-SPU,RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de participarem de encontro presencial da Universidade Aberta do Brasil-UAB, conforme consta no Plano de Trabalho (PTA) do projeto Universidade Aberta do Brasil (UAB) aprovado no edital nº 01/2006, de acordo com o Convênio nº CV 816996/2015 MEC/CAPES/UECE, com recursos oriundos da fonte 83. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - FUNECE, em Fortaleza-CE, 29 de outubro de 2019.

Hidelbrando dos Santos Soares
VICE-PRESIDENTE

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº2782/2019, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	PERÍODO	ROTEIRO	QUANTIDADE	PASSAGEM	TOTAL
ALTEMAR DA COSTA MUNIZ	PROFESSOR ASSOCIADO, N	006234.1-5	22/11/2019 a 23/11/2019	FORTALEZA/ QUIXERAMOBIM/ FORTALEZA	01 e ½	0,00	265,50
GLEUDSON PASSOS CARDOSO	PROFESSOR ADJUNTO, M	006671.1-0	22/11/2019 a 23/11/2019	FORTALEZA/ ITAPIPOCA/ FORTALEZA	01 e ½	0,00	265,50
LUCIANA MEIRE GOMES REGES	PROFESSOR SUBSTITUTO, I	300764.1-9	22/11/2019 a 23/11/2019	FORTALEZA/ TAUA/ FORTALEZA	01 e ½	0,00	265,50
CINTYA CHAVES	PROFESSOR SUBSTITUTO, I	300794.3-4	22/11/2019 a 23/11/2019	FORTALEZA/ JAGUARIBE/ FORTALEZA	01 e ½	0,00	265,50
JOAO MARQUES PEREIRA	PROFESSOR SUBSTITUTO, I	300779.7-0	22/11/2019 a 23/11/2019	FORTALEZA/ PEDRA BRANCA/ FORTALEZA	01 e ½	107,23	372,73

*** **

PORTARIA Nº2815/2019 - O VICE-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os processos 09750848/2019; 09750457/2019; 09750198/2019; 09749882/2019; 09349353/2019 e 03465440/2019/SPU, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de conduzirem veículos com professores/servidores da UECE, que realizarão atividades externas, concedendo-lhes diárias, ajuda de custo e passagens de acordo com os artigos 3º; 4º; 5º e 10º, do anexo I do Decreto 30.719 de 25/10/2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da FUNECE. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - FUNECE, em Fortaleza-CE, 04 de novembro 2019.

Hidelbrando dos Santos Soares
VICE-PRESIDENTE



ANEXO I

Plano de Investimentos e Metas do Contrato de Programa do Município de Fortaleza – CE

Setembro de 2019



APRESENTAÇÃO

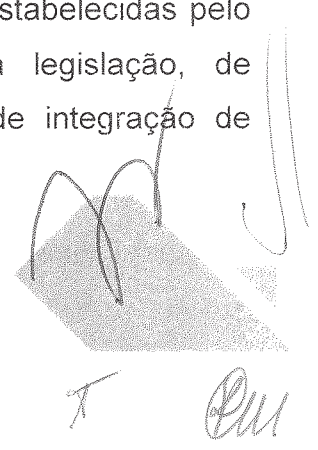
O Plano de Metas e Investimentos da Cagece ora apresentado visou associar as ações técnicas de engenharia às metas e investimentos estabelecidos pelos planos setoriais, dentro de pressupostos de atendimento à legislação, de razoabilidade de execução e de integração de esforços, com o objetivo maior de melhoria da qualidade ambiental do Município e da satisfação dos clientes dos serviços de saneamento básico.

Os investimentos possuem caráter indicativo e poderão sofrer antecipações ou postergações em função de diversos aspectos como, mudanças tecnológicas, ganhos de eficiência, contratações por valores diversos dos previstos, detalhamento de projetos técnicos, crescimento populacional, demandas diversas daquelas inicialmente previstas, dentre outros.

Este registro de critérios, hipóteses e propostas resultantes respaldarão revisões contratuais periódicas ou extraordinárias deste Plano de Metas e Investimentos que ocorrerão ao longo do período de 35 anos, baseadas nas revisões ordinárias quadriênis ou extraordinárias dos planos municipal e estadual para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de Fortaleza.

PLANO DE METAS E INVESTIMENTOS

Para o estabelecimento das metas buscou-se associar as ações técnicas de engenharia, às metas estabelecidas nos Planos Diretores de Abastecimento de água (PDAA) e Esgotamento Sanitário (PDES) do Sistema Integrado de Fortaleza e o Plano Municipal de Saneamento Básico de Fortaleza (PMSB), às prioridades de projeto estabelecidas pelo Titular dos serviços, dentro de pressupostos de atendimento à legislação, de razoabilidade de execução, da viabilidade econômico financeira e de integração de


T
PM

esforços, com o objetivo maior de melhoria da qualidade ambiental do Município e da satisfação dos clientes dos serviços de saneamento básico.

Para compor esse Plano de Metas, foram definidas metas curto, médio e longo prazo para:

- Cobertura dos domicílios com rede de abastecimento de água;
- Qualidade da água distribuída;
- Cobertura dos domicílios com rede de coleta de esgotos;
- Tratamento dos esgotos coletados;

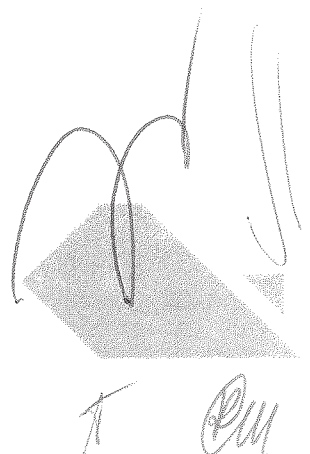
As revisões deste Plano de Metas e Investimento deverão ocorrer, quando da conclusão do Plano Municipal de saneamento Básico (PMSB) e a cada 04 anos ao longo do período de contrato.

As metas estabelecidas para o abastecimento público de água e esgotamento sanitário dizem respeito à infraestrutura de saneamento, a qual tem vinculação com a infraestrutura urbana e viária do município. O cumprimento das metas deverá ter correspondência com a regularização urbanística e fundiária das áreas subnormais do município. Dessa forma, a ação conjunta entre a municipalidade e a Cagece, proporcionará o alcance das metas propostas.

Os investimentos previstos para ampliação de rede e melhorias operacionais serão executados em parceria com a Prefeitura Municipal em que: ficará a cargo da Cagece o fornecimento de material, serviços de cadastro e assentamento de tubos, obras civis, aquisição de equipamentos; e ficará a cargo da Prefeitura Municipal os serviços de movimentação de terra e recomposição de pavimentos.







Para o cumprimento das metas estabelecidas para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário neste Plano de Investimentos deverão ser observadas as seguintes condições:

- 1) Constitui condição operacional mínima que no mínimo 80% (oitenta por cento) da capacidade instalada no município esteja gerando faturamento. Serão consideradas separadamente as instalações de água e as de esgotamento sanitário;
- 2) Será admitida uma margem de variação de até 5% do valor da meta de cobertura para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- 3) Na prestação do Serviço de Esgotamento Sanitário dependendo da concentração de ligações por bacia a atender e da inviabilidade técnica de atendimento pelo sistema coletivo implantado, poderá ser adotada solução individual de destinação adequada de esgoto sanitário por meio da instalação de Fossa Séptica + Filtro com efluente ligado a sumidouro.

Metas para Sistema de Abastecimento de Água

Foram definidos os seguintes indicadores e metas para curto, médio e longo prazo para o município de Fortaleza:

Cobertura dos domicílios com rede de abastecimento de Água

Tabela I: Metas de cobertura para Abastecimento de Água para o distrito Fortaleza

Ano/Período	Índice de Cobertura (%)
2019	98,59
Até 2025	100,00
Até 2040	100,00
Até 2055	100,00

Fonte: Cagece, 2019

Qualidade da Água Distribuída



Atender a Portaria de Consolidação N° 05/2017 do Ministério da Saúde em relação aos padrões e parâmetros de potabilidade da água e quantidade de amostras e análises previstas. Havendo alteração da Portaria que implique em investimentos não previstos no contrato, as metas ou ações deverão ser revistas para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Metas para os Sistemas de Esgotamento Sanitário

Cobertura dos domicílios com rede de coleta de esgoto

Tabela 2: Metas para Esgotamento Sanitário do distrito Fortaleza

Ano/Período	Índice de Cobertura (%)
2019	62,15
Até 2025	70,67
Até 2040	100,00
Até 2055	100,00

Fonte: Cagece, 2019

Tratamento dos Esgotos Coletados

Tabela 3: Metas de Tratamento de Esgoto Coletados (ITEC) para município de Fortaleza

Ano/Período	Índice de Esgoto Tratado em relação ao Coletado (%)
2019	100,00
Até 2025	100,00
Até 2040	100,00
Até 2055	100,00

Fonte: Cagece, 2019

CÁLCULO DE INDICADORES

Conceitos

Cobertura: é a disponibilização do serviço por rede de abastecimento de água e de coleta de esgotos. A responsabilidade pela implantação de redes é da Cagece, que poderá também ser realizada em parceria.

Universalização: é a maximização do atendimento na área atendível.

Tipos de situação nas áreas irregulares (Subnormais): As áreas urbanizadas podem ser regulares (formais) e irregulares (informais). Nestas áreas, estão compreendidos os loteamentos irregulares, favelas e núcleos.

Favela – assentamento precário em área pública ou particular de terceiro, cuja ocupação foi feita à margem da legislação urbanística e edilícia. Trata-se de ocupação predominantemente desordenada, com precariedade de infraestrutura, maior opção por autoconstrução de moradias, que apresentam diferentes graus de precariedade. A população residente caracteriza-se por famílias de baixa renda e socialmente vulneráveis;

Núcleo urbanizado – “categoria” de favela com 100% de infraestrutura urbana instalada, mas ainda sem regularização fundiária;

Loteamento irregular – assentamento precário caracterizado pela existência de um agente promotor e/ou comercializador, cuja tipologia e morfologia do parcelamento do solo estejam voltados ao uso unifamiliar ou multifamiliar de pequeno porte, que tenha sido implantado e ocupado sem prévia aprovação pelos órgãos públicos responsáveis ou, quando aprovado ou em processo de aprovação, implantado em desacordo com a legislação ou projeto aprovado.

Situação geral dos imóveis em áreas urbanizadas:

Imóveis regulares ocupados e desocupados – são aqueles situados em áreas regularizadas, sob o ponto de vista legal.

Imóveis factíveis – são aqueles imóveis onde há condições técnicas para a conexão, mas não existe a intenção do morador em se conectar à rede. A ampliação do atendimento nestes domicílios requer ações por parte do município;

Imóveis com dificuldades técnicas para se conectar à rede (não factíveis) – soleira baixa, incapaz de atingir a rede pública de esgotos por gravidade, por exemplo;

Imóveis atendidos por sistemas próprios, particulares (condomínios fechados, conjuntos habitacionais, por exemplo) – Em princípio não serão considerados “atendíveis” pela Cagece;

Imóveis situados em áreas irregulares – são aqueles situados em áreas não regularizadas sob o ponto de vista legal, Os imóveis nesta situação que não apresentam quaisquer tipos de atendimento poderão, se possível, contar com solução emergencial temporária por parte da Cagece até o equacionamento da situação, que deverá ocorrer através da regularização, reurbanização ou remoção, a ser executada pela prefeitura.

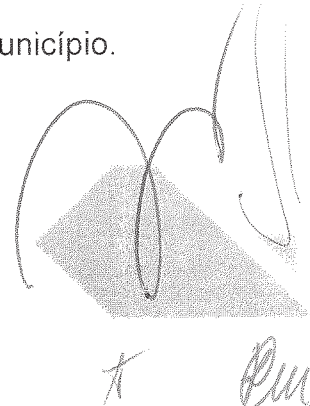
Área de atendimento para o cálculo dos índices de cobertura de água e esgoto

A área atendível por rede convencional de abastecimento de água e esgotamento Sanitário definida em comum acordo entre a Prefeitura Municipal de Fortaleza e a Cagece, corresponde à área urbana do município, definidas no Censo 2010, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), excetuando as áreas subnormais.

A Cagece poderá oferecer uma solução especial/emergencial para os domicílios em áreas irregulares até a regularização destes, cuja responsabilidade será do município.







ITEC = (número de economias cadastradas ativas totais de esgoto cujos efluentes são conduzidos para tratamento / número de economias cadastradas ativas totais providas com coleta de esgoto) x 100

Plano de investimentos para o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário

O Plano de Investimento é resultado da identificação de ações e obras previstas para os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no período de curto (2021 a 2025), médio (2026 a 2040) e longo prazo (2041 a 2055), tendo como objetivo o atendimento ao plano de metas propostas.

Aspectos relevantes considerados na formatação do plano de investimentos para o município

Na análise específica do Município, foram identificaram alguns pontos relevantes para a formatação e quantificação dos investimentos previstos, quais sejam:

- Para a análise da evolução dos indicadores de atendimento é fundamental o conhecimento das frações do solo urbano ocupadas por assentamentos em situação irregular, e que requerem processos de regularização e reurbanização por parte da Prefeitura para que se possa implantar a infraestrutura sanitária; especial atenção deve ser dada às faixas lindeiras aos rios e córregos e fundos de vale, que devem estar desocupadas para que se possam implantar os coletores-tronco, necessários ao encaminhamento dos esgotos ao tratamento. Nesse sentido, deverá ocorrer uma compatibilização entre os programas de regularização e reurbanização de favelas planejados pela prefeitura com os cronogramas traçados para as obras aqui apresentadas, de forma a permitir o alcance das metas estabelecidas;

- Nos sistemas operados pela Cagece há muitos ativos que já necessitam de substituição, ou que necessitarão ser substituídos ao longo dos 35 anos de Contrato. Este é um processo natural em qualquer empresa de infraestrutura e que, no caso de estruturas enterradas em vias públicas, cada vez mais serão exigidos requisitos de qualidade executiva, com maiores custos, conseqüentemente. Os grandes desafios de expansão dos sistemas lineares da Cagece na RMF já foram, em parte, superados, restando a tarefa igualmente importante de manter e renovar esses ativos operacionais, de forma a se assegurar o padrão adequado de prestação de serviços de saneamento;
- Para enfrentar as disputas cada vez maiores pelos recursos hídricos disponíveis, e demonstrar eficiência na gestão operacional de seus sistemas de abastecimento de água, são imprescindíveis o reforço e a continuidade do esforço no combate às perdas reais (vazamentos) e aparentes (comerciais), utilizando-se as melhores práticas hoje existentes no mundo, de maneira a se atingir patamares de perdas economicamente viáveis.
- As maiores demandas da População do Município atualmente, em relação à infraestrutura de saneamento, recaem sobre o equacionamento dos problemas de coleta e tratamento dos esgotos.
- A abertura concreta e o fortalecimento das relações institucionais entre a Cagece e a Prefeitura do Município nas fases de planejamento, projeto, implantação e operação dos sistemas de água e esgotos, são pontos essenciais a serem buscados, alcançados e praticados, que resultarão em economias e melhorias ambientais e na saúde pública, a serem usufruídas pela população e, também, com certeza, por toda a população metropolitana.
- Foram classificadas como ações “compartilhadas” aquelas direcionadas ao sistema integrado de produção e macro distribuição de água tratada de Fortaleza e Região

Metropolitana de Fortaleza. Como ações “exclusivas”, aquelas que se caracterizam para atendimento áreas exclusivas do Município, como algumas adutoras específicas de água tratada que não estão diretamente ligadas à transferência de água entre sistemas produtores ou setores de abastecimento, redes de distribuição e ligações domiciliares, e ações para redução e controle de perdas de água no sistema de distribuição.

Investimentos previstos para o abastecimento de água e esgotamento sanitário

A Tabela 4 apresenta o resumo dos investimentos previstos para o município.

Tabela 4: Resumo dos investimentos previstos para abastecimento de água e esgotamento sanitário

Sistema	Município	Tipo de ação	Curto prazo (R\$)	Médio prazo (R\$)	Longo prazo (R\$)	Total (R\$)
SAA	Fortaleza	Revisão das ligações domiciliares e instalação de hidrômetros e implantação de DMC's	43.665.600,00	232.312.800,00	130.996.800,00	406.975.200,00
		Elaboração de Projetos para diagnóstico, melhorias e ampliação da cobertura*	2.081.524,25			2.081.524,25
SES	Fortaleza	Implantação e ampliação das unidades do sistema para alcance das metas de cobertura*	764.302.743,14	104.836.280,95		869.139.024,08
		Reforma e manutenção das estruturas de abastecimento existentes*	193.939.552,82	299.571.634,31	85.333.605,88	578.844.793,00
Total SAA			1.003.989.420,20	636.720.715,25	216.330.405,88	1.857.040.541,33
SES	Fortaleza	Elaboração de Projetos para diagnóstico, melhorias e ampliação da cobertura	27.639.945,64			27.639.945,64
		Implantação e ampliação das unidades do sistema para alcance das metas de cobertura	741.153.115,98	1.305.624.639,19		2.046.777.755,17
		Reforma e manutenção das estruturas de esgotamento existentes	231.849.700,88	317.046.081,43	192.135.969,91	741.031.752,22
Total SES			1.000.642.762,50	1.622.670.720,62	192.135.969,91	2.815.449.453,03
Total SAA e SES			2.004.632.182,70	2.259.391.435,87	408.466.375,79	4.672.489.994,36

Nota: * Trata-se de ações compartilhadas, referente ao Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Fortaleza.

Fortaleza - CE, 04 de novembro de 2019.

Neurisangelo Cavalcante de Freitas
Diretor Presidente

Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra
Prefeito Municipal

Claudia Elizangela Caixeta Lima
Diretora de Mercado

Secretário Municipal da Conservação e Serviços Públicos

ANEXO II

Relatório de Bens e Direitos

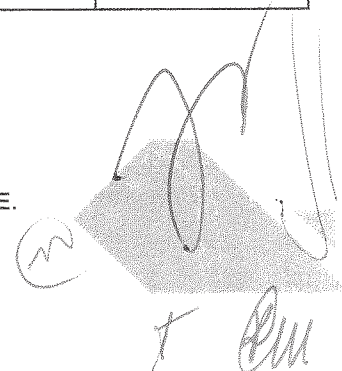
Apresentação

A base de ativos correspondente ao MUNICÍPIO DE FORTALEZA foi estabelecida por meio de critérios (filtros) de acordo com os controles internos da Cagece. Assim, foram selecionados os bens patrimoniais atrelados à operação no MUNICÍPIO (BENS VINCULADOS).

Compõem o presente anexo a planilha apresentada a seguir:

SISTEMAS	DESCRIÇÃO DE BENS	VALOR ORIGINAL (R\$)	DEPRECIÇÃO ACUMULADA (R\$)	VALOR LÍQUIDO (R\$)
TOTAL ADMINISTRATIVO		12.796.041,35	2.419.719,75	10.376.321,60
ADM	FORTALEZA - SEDE - UN-MTN	34.116,60	9.913,17	24.203,43
	FORTALEZA - SEDE - UN-MTO	7.348,51	7.344,22	4,29
	FORTALEZA - SEDE - UN-MTS	1.039,56	121,11	918,45
	UN-BME - GERENCIA	749.243,09	125.324,69	623.918,40
	UN-BME-COORDENACAO SUPORTE ADM	89.728,27	51.392,33	38.335,94
	UN-BME-COORDENADORIA COMERCIAL	32.071,18	25.512,57	6.558,61
	UN-MTL - GERENCIA	3.303.342,68	311.536,73	2.991.805,95
	UN-MTL-COORDENACAO SUPORTE ADM	165.813,84	83.867,90	81.945,94
	UN-MTL-COORDENADORIA COMERCIAL	56.823,56	47.123,95	9.699,61

SISTEMAS	DESCRIÇÃO DE BENS	VALOR ORIGINAL (R\$)	DEPRECIÇÃO ACUMULADA (R\$)	VALOR LÍQUIDO (R\$)
	UN-MPA-COORD.DE PRODUCAO DE AG	273.650,61	195.918,58	77.732,03
	UN-MPA-COORDENACAO SUPORTE ADM	121.575,96	91.524,02	30.051,94
	UN-MPA-ETA OESTE	143.650.696,35	26.510.156,56	117.140.539,79
	UN-MTL-COORDENADORIA SERVICOS	106.380,73	88.867,46	17.513,27
	UN-MTN-COORDENADORIA SERVICOS	25.196,68	8.188,83	17.007,85
	UN-MTO-COORDENADORIA SERVICOS	9.363,32	2.224,80	7.138,52
	UN-MTS-COORDENADORIA SERVICOS	19.579,16	10.023,38	9.555,78
TOTAL COMUM		7.893.006,47	1.921.426,35	5.971.580,12
COMUM	FORTALEZA - SEDE - UN-MTL	120,79	120,79	
	FORTALEZA - SEDE - UN-MTN	13.439,89	10.054,68	3.385,21
	FORTALEZA - SEDE - UN-MTS	10.830,51	9.603,94	1.226,57
	UN-BME-COORDENADORIA OPERACAO	151.629,42	57.921,15	93.708,27
	UN-BME-COORDENADORIA SERVICOS	478.956,72	239.219,13	239.737,59
	UN-BME-LABORATORIO	156.645,69	143.842,57	12.803,12
	UN-MTL-COORDENADORIA SERVICOS	2.210.470,70	232.974,47	1.977.496,23
	UN-MTN-COORDENADORIA SERVICOS	1.464.625,95	235.796,35	1.228.829,60
	UN-MTO-COORDENADORIA SERVICOS	1.808.748,04	592.381,61	1.216.366,43
	UN-MTS-COORDENADORIA SERVICOS	1.597.538,76	399.511,66	1.198.027,10
TOTAL ESGOTO		533.952.755,11	118.864.070,86	415.088.684,25
ESGOTO	FORTALEZA - SEDE - UN-MTE	44.827.944,09	15.543.041,72	29.284.902,37



SISTEMAS	DESCRIÇÃO DE BENS	VALOR ORIGINAL (R\$)	DEPRECIACÃO ACUMULADA (R\$)	VALOR LÍQUIDO (R\$)
	FORTALEZA - SEDE - UN-MTL	126.104.994,53	26.896.531,73	99.208.462,80
	FORTALEZA - SEDE - UN-MTN	111.483.890,88	31.608.026,42	79.875.864,46
	FORTALEZA - SEDE - UN-MTO	170.034.920,79	27.257.313,91	142.777.606,88
	FORTALEZA - SEDE - UN-MTS	69.652.062,14	13.973.935,78	55.678.126,36
	PEDRAS - LOCALIDADE/FORTALEZA	239.243,60	19.016,56	220.227,04
	UN-BME-COORDENADORIA SERVICOS	356.683,82	73.350,53	283.333,29
	UN-BME-LABORATORIO	27.935,14	27.935,14	
	UN-MTE - GERENCIA	5.552.079,38	1.319.744,77	4.232.334,61
	UN-MTE COORD TEC SISTEMA INTEG	322.642,03	20.276,26	302.365,77
	UN-MTE-COORD.TECNI DE SISTEMA TRA	563.492,74	231.783,72	331.709,02
	UN-MTE-COORDENACAO SUPORTE ADM	854.425,07	199.167,12	655.257,95
	UN-MTE-ESTACAO DE PRECONDICION	926.017,60	556.695,48	369.322,12
	UN-MTL-COORDENADORIA SERVICOS	554.255,78	272.284,93	281.970,85
	UN-MTN-COORDENADORIA SERVICOS	333.333,33	58.333,38	274.999,95
	UN-MTO-COORDENADORIA SERVICOS	333.333,33	50.000,04	283.333,29
	UN-MTS-COORDENADORIA SERVICOS	1.785.500,86	756.633,37	1.028.867,49
TOTAL SOFTWARE		168.700,00	168.700,00	
SOFTWARE	FORTALEZA - SEDE - UN-MTL	13.580,00	13.580,00	
	UN-MTE - GERENCIA	4.000,00	4.000,00	
	UN-MTL-COORDENADORIA SERVICOS	150.986,00	150.986,00	
	UN-MTO - GERENCIA	75,00	75,00	

SISTEMAS	DESCRIÇÃO DE BENS	VALOR ORIGINAL (R\$)	DEPRECIACÃO ACUMULADA (R\$)	VALOR LÍQUIDO (R\$)
	UN-MTS - GERENCIA	59,00	59,00	
TOTAL RESULTADO		1.480.671.737,2 2	351.175.990,65	1.129.495.746,5 7

A base de dados do imobilizado utilizada para identificação dos bens do MUNICÍPIO é de Julho de 2019.

Fortaleza - CE, 04 de novembro de 2019.



Neurisangelo Cavalcante de Freitas
Diretor Presidente



Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra
Prefeito Municipal




Claudia Elizangela Caixeta Lima
Diretora de Mercado



João de Aguiar Pupo
Secretário Municipal da Conservação e Serviços Públicos

Carlos Rossas Neta Filho
CPF: 620.273.283-00



Victor Diego S. de Almeida
Diretor Jurídico
Mat: 8162-0
DJU - CAGECE